

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CENTRO DE EDUCAÇÃO LETRAS E ARTES
LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS**

NETELEN TAÍS PEREIRA BARBOSA

**ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA:
ANÁLISE DO ACESSO AOS MUSEUS DE RIO BRANCO ACRE**

**RIO BRANCO
2025**

NETELEN TAÍS PEREIRA BARBOSA

**ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA:
ANÁLISE DO ACESSO AOS MUSEUS DE RIO BRANCO ACRE**

Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do
grau de licenciatura em Letras Libras da
Universidade Federal do Acre.

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Garcia Silva

**RIO BRANCO
2025**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

- B238s Barbosa, Netelen Taís Pereira, 1999-
Acessibilidade linguística: análise do acesso aos museus de Rio Branco - Acre /
Netelen Taís Pereira Barbosa; Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosane Garcia Silva –
2025.
45 f.: il.; 30 cm.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) apresentado à Coordenação
de Licenciatura em Letras Libras da Universidade Federal do Acre, como
requisito parcial para obtenção do Grau Licenciado em Letras Libras.
1. Acessibilidade linguística. 2. Libras. 3. Comunicação. 4. Surdos. 5. Museu
I. Silva, Rosane Garcia (orientadora). II. Título.

CDD.371.912098112

Bibliotecário: Marcelino G. M. Monteiro CRB-11º/258.

NETELEN TAÍS PEREIRA BARBOSA

**ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA:
ANÁLISE DO ACESSO AOS MUSEUS DE RIO BRANCO ACRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Libras para obtenção do título de licenciada em Letras Libras pela Universidade Federal do Acre (UFAC).

Aprovado em 14 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosane Garcia Silva (Orientadora – UFAC)

Prof. Me. Lucas Vargas Machado da Costa (UFAC)

Profa. Dra. Ivanete de Freitas Cerqueira (UFAC)

RIO BRANCO

2025

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir viver e conceder força, sabedoria e saúde, para que pudesse concluir a minha formação; `a minha família que sempre me apoiou e apoia, em especial a minha mãe Roselina da Silva que cuida e é minha base sólida nos momentos mais difíceis, nunca deixou que eu desistisse da graduação e de todas as áreas da minha vida. Ao meu Padrasto Antônio Queiroz pelas infinitas caronas até a universidade nos dias chuvosos, ao meu pai Damião Jurema pelo incentivo, parceria e cuidado, aos meus irmãos: Kelly, Kettlen e Dheimerson por torcer por mim e querer que eu seja melhor todos os dias, ao meu namorado Wesley Sage pelo apoio, força e ensinamentos compartilhado, por sempre me incentivar a estudar e buscar conquistar meus objetivos. Sou grata também ao apoio de todos os meus amigos de infância e aos que conquistei ao longo da vida e aqueles que fiz durante a trajetória acadêmica: Adem Ferreira, Carla Beatriz, Elissandra Pereira, Endy Yasmim, Eveliny Ferreira, Maria do Rosario, Marcelo Andrade, Inara Costa, Ana Clara Farhat.

Por fim, agradeço aos professores, Surdos e ouvintes, que compartilharam conhecimentos, experiências e contribuíram de forma significativa para minha formação em especial a Rosane Garcia que me orientou neste projeto, me ouviu quando nem eu acreditava que fosse possível, por me fazer me sentir capaz e me apoiar até o último momento. E aos intérpretes de libras por me ensinarem sobre empatia, respeito e inclusão.

Sempre parece impossível, até que seja feito.
(Nelson Mandela)

RESUMO

A pesquisa trata sobre a acessibilidade linguística a partir da análise do acesso aos museus de Rio Branco Acre, em que objetificou investigar os recursos de acessibilidade em Libras disponíveis em três museus históricos da cidade de Rio Branco – o Museu da Borracha, o Museu dos Povos Acreanos e o Memorial dos Autonomistas. Os objetivos específicos foram: (1) verificar os registros de visitação de pessoas surdas nos museus selecionados; (2) analisar as práticas de atendimento direcionadas a esse público; e (3) descrever os recursos de acessibilidade em Libras presentes nos espaços analisados. No âmbito teórico a pesquisa foi fundamentada na área da Libras em Quadros e Karnopp (2004) que defendem que o acesso a libras é um direito linguístico fundamental da comunidade surda; ainda em Strobel (2009), que reconhece a Libras como a principal forma de garantir o acesso à informação, à comunicação e à participação social. O estudo foi amparado também na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), na Lei nº 10.436/2002 e no Decreto nº 5.626/2005, que reconhecem a Libras como meio legal de comunicação. A metodologia empregada foi de natureza aplicada, do tipo descritiva, com abordagem qualiquantitativa. Os procedimentos incluíram visitas aos museus, aplicação de questionário semiestruturado, registros fotográficos e análise documental. Os resultados indicaram que, embora existam iniciativas voltadas à acessibilidade física, a acessibilidade linguística permanece incipiente. Nenhuma das instituições analisadas conta com intérpretes de Libras, vídeos bilíngues ou sinalização adequada, o que compromete o direito de participação cultural da comunidade surda. Conclui-se que é necessário ampliar a concepção de acessibilidade nos espaços culturais, incorporando as dimensões comunicacional, linguística e atitudinal, a fim de promover a inclusão e o exercício da cidadania cultural.

Palavras-chave: Acessibilidade linguística. Libras. Comunicação. Surdo. Museu.

ABSTRACT

This research deals with linguistic accessibility based on an analysis of access to museums in Rio Branco, Acre. The aim was to investigate the accessibility resources in Libras available in three historical museums in the city of Rio Branco - the Rubber Museum, the Museum of Acrean Peoples and the Memorial of the Autonomists. The specific objectives were: (1) to verify the visitation records of deaf people in the selected museums; (2) to analyze the service practices aimed at this public; and (3) to describe the accessibility resources in Libras present in the spaces analyzed. From a theoretical point of view, the research was based on Quadros and Karnopp (2004), who argue that access to Libras is a fundamental linguistic right of the deaf community; and Strobel (2009), who recognizes Libras as the main way of guaranteeing access to information, communication and social participation. The study was also supported by the Brazilian Inclusion Law (Law No. 13.146/2015), Law No. 10.436/2002 and Decree No. 5.626/2005, which recognize Libras as a legal means of communication. The methodology employed was of an applied, descriptive nature, with a qualitative-quantitative approach. The procedures included visits to the museums, application of a semi-structured questionnaire, photographic records and document analysis. The results indicated that although there are initiatives aimed at physical accessibility, linguistic accessibility remains incipient. None of the institutions analyzed have Libras interpreters, bilingual videos or adequate signage, which compromises the deaf community's right to cultural participation. The conclusion is that it is necessary to broaden the concept of accessibility in cultural spaces, incorporating the communicational, linguistic and attitudinal dimensions, in order to promote inclusion and the exercise of cultural citizenship.

Keywords: Linguistic accessibility. Libras. Communication. Deaf. Museums.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Fachada do Museu da Borracha.....	32
Figura 2	Interior do Museu da Borracha.....	33
Figura 3	Fachada do Memorial do Autonomistas.....	35
Figura 4	Fachada do Museu dos Povos Acreanos.....	36
Figura 5	História contada em fotos.....	37
Figura 6	Parte externa: representação da Casa dos Seringueiros.....	37
Quadro 1	Dados dos visitantes em 2024.....	39
Quadro 2	Acessibilidade para Surdos.....	39

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1	ACESSIBILIDADE	14
2.1.1	Dimensões da acessibilidade: física, comunicacional, atitudinal...	16
2.1.2	Acessibilidade em espaços culturais e museus.....	20
2.2	ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA E INCLUSÃO.....	21
2.2.1	Acessibilidade linguística: Libras como meio de comunicação....	22
2.2.2	Inclusão cultural da comunidade surda.....	23
2.3	CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DO ACRE.....	24
3	METODOLOGIA.....	29
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	32
4.1	MUSEU DA BORRACHA.....	32
4.2	MEMORIAL DOS AUTONOMISTAS.....	34
4.3	MUSEU DOS POVOS ACREANOS.....	36
4.4	ANÁLISE COMPARATIVA.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERÊNCIAS.....	43

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A acessibilidade dos espaços culturais constitui uma dimensão essencial para a promoção da inclusão social, à medida que garante o direito de participação plena de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas. A cultura, enquanto direito humano fundamental, deve ser acessível em todas as suas formas e expressões. Nesse sentido, museus, centros de memória e demais instituições culturais têm o dever de eliminar barreiras, sejam elas físicas, comunicacionais ou atitudinais, que limitem ou impeçam o acesso de determinados grupos sociais, como as pessoas com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes para garantir esse direito, determinando que os bens culturais, incluindo os museus, devem oferecer condições de acessibilidade a todos os cidadãos, o que abrange a oferta de recursos e serviços de comunicação acessível, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras). No entanto, o cumprimento efetivo dessa legislação ainda encontra inúmeros desafios, sobretudo quando se trata da inclusão das pessoas surdas, cuja presença nos espaços culturais ainda é limitada por falta de recursos acessíveis e de profissionais capacitados.

Diante desse cenário, este estudo delimita-se à investigação dos recursos de acessibilidade em Libras oferecidos por três museus históricos da cidade de Rio Branco (AC): (1) o Museu da Borracha, (2) o Museu dos Povos Acreanos e o (3) Memorial dos Autonomistas. A escolha desses espaços deve-se à sua relevância como instituições que preservam e divulgam a memória histórica e cultural do povo acreano. O estado do Acre é marcado por intensos processos históricos e sociopolíticos, tais como a exploração da borracha, os movimentos de resistência seringueira e as disputas territoriais. As narrativas são amplamente representadas nesses museus, assim, o acesso a esses espaços é também o acesso à história, à identidade e à cidadania.

A análise da acessibilidade em Libras nesses locais busca não apenas identificar lacunas na oferta de recursos inclusivos, mas também ampliar a visibilidade das demandas da comunidade surda, historicamente marginalizada em diversos contextos sociais e culturais. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que contribui para o fortalecimento de políticas públicas de inclusão e para a promoção da equidade no acesso à cultura.

A Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda, juntamente com o Decreto nº 5.626/2005, regulamenta o uso da Libras nos sistemas educacionais e institucionais, promovendo a garantia de direitos linguísticos. Essas normativas constituem importantes marcos legais na luta pela acessibilidade comunicacional e pelo reconhecimento da surdez como diferença linguística e cultural, conforme defendido por Pivetta, Saito e Ulbritch (2014). A surdez, nesse sentido, não deve ser tratada sob a ótica da deficiência, mas compreendida em sua complexidade sociolinguística e identitária.

A motivação para esta pesquisa parte de minha vivência pessoal enquanto estudante do curso de Licenciatura em Letras Libras, bem como da convivência próxima com membros da comunidade surda, incluindo meu companheiro. Essa experiência tem evidenciado, de forma concreta, as barreiras enfrentadas diariamente pelos surdos em espaços públicos, culturais e de lazer. Em diversas situações, atuei informalmente como intérprete em cinemas, eventos e unidades de saúde, função que deveria ser desempenhada por profissionais qualificados. Mesmo em eventos que se anunciam como acessíveis, é comum que a promessa de inclusão não se concretize, desrespeitando os direitos da comunidade surda e excluindo-a do convívio social e cultural.

Por essa razão, a urgência na discussão sobre a acessibilidade linguística em espaços culturais, em especial nos museus de Rio Branco (AC), não apenas como cumprimento de legislação, mas como responsabilidade social. A Libras, nesse contexto, deve ser compreendida como um direito linguístico e cultural da pessoa surda, sendo a sua ausência um fator limitante para o exercício da cidadania.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral investigar os recursos de acessibilidade em Libras disponíveis em três museus da cidade de Rio Branco – Acre, com foco na garantia do direito à informação e à fruição cultural por parte da comunidade surda. Para alcançar esse objetivo, propõem-se os seguintes objetivos específicos: (1) verificar os registros de visitação de pessoas surdas nos museus selecionados; (2) analisar as práticas de atendimento direcionadas a esse público; e (3) descrever os recursos de acessibilidade em Libras disponíveis no Museu da Borracha, no Museu dos Povos Acreanos e no Memorial dos Autonomistas.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: na introdução, apresenta-se o tema, a justificativa e os objetivos da pesquisa; na seção seguinte, discute-se o

referencial teórico relacionado à acessibilidade, surdez e cultura; em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados; posteriormente, expõem-se e analisam-se os dados coletados; por fim, são expostas as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar o embasamento teórico que sustentou a discussão sobre a acessibilidade, com ênfase na inclusão de pessoas surdas em museus históricos da cidade de Rio Branco (AC). Para isso, são abordadas as temáticas sobre a acessibilidade e suas dimensões; a acessibilidade linguística, com foco na Língua Brasileira de Sinais (Libras); os processos de inclusão da comunidade surda em ambientes culturais; e o contexto histórico do estado do Acre, fundamental para compreensão do papel e educativo dos museus analisados.

Nessa perspectiva, a discussão sobre acessibilidade tem ganhado destaque no cenário acadêmico e institucional brasileiro, especialmente a partir das diretrizes legais que reconhecem o direito de todas as pessoas ao acesso pleno à educação, à cultura, à informação e à comunicação, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou linguísticas. Manzini (2005), Morais (2013) e Sassaki (2003) defendem uma concepção ampliada de acessibilidade, que não se restringe ao aspecto físico, mas abrange também as dimensões comunicacional, atitudinal, programática e metodológica. A legislação brasileira, como a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), reforça essa compreensão ao classificar diferentes tipos de barreiras e prever estratégias para sua superação.

Além disso, destaca-se a importância da acessibilidade linguística como elemento essencial da inclusão, especialmente quando se trata da comunidade surda. A Libras, reconhecida legalmente pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, deve estar presente nos espaços sociais e culturais como condição para garantir o direito à participação cultural em igualdade de condições. Nessa perspectiva, Quadros e Karnopp (2004), Skliar (1998, 2005), Strobel (2009) e Pivetta, Saito e Ulbritch (2014) argumentam que a surdez deve ser compreendida não como deficiência, mas como uma diferença linguística e cultural, cuja identidade é constituída a partir de uma língua visual e gestual própria.

No âmbito da inclusão cultural, Basso e Martins (2012), Diniz (2010) e Morais (2013) ressaltam que museus e demais espaços culturais devem incorporar políticas permanentes de acessibilidade, especialmente no que diz respeito à mediação em Libras, à representação da cultura surda e à valorização de profissionais surdos nas equipes das instituições. A ausência desses recursos implica exclusão e fragiliza o direito à educação, à memória e à cultura.

Por fim, ao contextualizar historicamente a formação do estado do Acre e os significados atribuídos aos museus da capital Rio Branco, buscamos trazer os marcos culturais e políticos que justificam a importância da acessibilidade nesses espaços de memória. Gomes (2009), Souza (2012, 2013), Fernandes (2015), Silva (2019) e Melo (2017) são fundamentais para compreender a identidade acreana, marcada por lutas sociais, protagonismo popular e pluralidade cultural. Como observa Halbwachs (2006), a memória coletiva se constitui por meio de suportes culturais acessíveis, o que reforça a urgência de tornar os museus espaços verdadeiramente inclusivos.

Assim, propõe-se uma análise com abordagem sensível à diversidade de experiências, capaz de articular os conceitos de acessibilidade, inclusão e identidade com as práticas museológicas locais, contribuindo para a construção de um debate alinhado à realidade sociocultural de Rio Branco.

2.1 ACESSIBILIDADE

A acessibilidade é um tema discutido na atualidade, especialmente no âmbito acadêmico, sendo conteúdo nos cursos de licenciatura, como é o caso na Universidade Federal do Acre. Seu papel é garantir que todas as pessoas, com ou sem deficiência, possam ser incluídas em diferentes ambientes, como o educacional, o social e o cultural. A acessibilidade se consolida como um direito garantido e como um princípio de igualdade social.

Conforme destaca Manzini (2005, p. 31),

o conceito de acessibilidade se sedimenta em situações que podem ser vivenciadas nas condições concretas da vida cotidiana, ou seja, a acessibilidade parece ser algo que pode ser observado, implementado, medido, legislado e avaliado.

Essa perspectiva reforça o entendimento de que a acessibilidade deve ser concretizada na prática, por meio de ações objetivas e avaliáveis. Nesse sentido, a acessibilidade assume o papel de remover barreiras e promover a inclusão, respeitando as especificidades de cada pessoa e adaptando os ambientes às suas necessidades. Isso envolve desde adaptações físicas, como rampas e sinalizações tátteis, até recursos comunicacionais, como legendas, audiodescrição e intérpretes de Libras, além do uso de tecnologias acessíveis. A Associação Brasileira de Normas

Técnicas (2020), por meio da NBR 9050, estabelece critérios técnicos de acessibilidade em edificações, espaços urbanos e mobiliários, assegurando condições de uso com segurança, autonomia e conforto às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, define no artigo 3º, inciso IV, que barreiras são:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (Brasil, 2015, Art. 3º, IV).

Essa definição é ampliada pela própria Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ao classificar as barreiras em seis categorias principais, que podem estar presentes em diferentes contextos:

- a) barreiras urbanísticas: são as existentes nos espaços públicos, privados, abertos ao público ou ao coletivo. Essa barreira acarreta diversos riscos e reduz a mobilidade de pessoas com deficiência;
- b) barreiras arquitetônicas: são as existentes nos edifícios públicos e privados. Essa barreira em semelhança com a anterior, necessita de espaços e estrutura adequada para a mobilidade entre os andares, elevadores, escadas e corredores;
- c) barreiras nos transportes: são as existentes nos sistemas e meios de transportes. Essa barreira necessita de adequações necessárias nos pontos de parada, terminais, vagas nos estacionamentos reservados e entre outros.;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: são qualquer obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte o recebimento de mensagens e de informações por meio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação. Essa barreira visa promover acessibilidade digital em sites, sistemas, plataformas, aplicativos e documentos digitais.
- e) barreiras atitudinais: são atitudes ou comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. Esta é a barreira mais desafiadora, pois está ligada ao preconceito e ao capacitismo. A sua remoção demanda abandonar as atitudes que discriminam e separam a pessoa com deficiência da vida em sociedade;
- f) barreiras tecnológicas: são as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (Brasil, 2015, Art. 3º).

Vencer essas barreiras exige olhar para a acessibilidade de forma mais ampla, entendendo que ela não se resume ao espaço físico, mas também envolve a comunicação, a educação, a cultura e o uso das tecnologias.

Nesse contexto, Morais (2013, p. 122) argumenta que:

É preciso considerar esse conceito em toda a sua extensão, reconhecendo aquelas e outras feições da acessibilidade, tais como: acessibilidade arquitetônica, comunicacional, atitudinal, programática, metodológica, instrumental, natural, para que se caminhe efetivamente em direção à eliminação de barreiras à participação.

Essa visão amplia a compreensão do conceito de acessibilidade e conduz a uma análise mais cuidadosa sobre como ela funciona em diferentes lugares, como os museus, que devem oferecer acesso não só à parte física e estrutural do espaço, mas também ao conteúdo e às experiências culturais que ele proporciona.

Como exemplo, podemos trazer o Museu do Amanhã, localizado no Rio de Janeiro, é um museu interativo e inclusivo no Brasil. Segundo a Prefeitura do Rio de Janeiro, entre as práticas de acessibilidade no museu destacam-se o projeto “Trilhar os Amanhãs em Libras” que é guiado por professores fluentes em libras tornando-se uma experiência significativa para os surdos. Também é oferecido o programa “Museu em Libras” de forma online estendendo o acesso ao público surdo em várias regiões do país. O museu possui práticas baseadas em sensações sensoriais, tecnológicas, e reflexivas, com a acessibilidade principalmente para a comunidade surda, como afirma a própria instituição: “Nosso compromisso é garantir uma experiência inclusiva e acessível para todos.” Essas ações evidenciam o compromisso que vai além do entretenimento, assumindo um papel fundamental de inclusão e acessibilidade.

Assim, comprehende-se que a acessibilidade é um princípio norteador de uma sociedade inclusiva e equitativa, sendo indispensável para a efetivação dos direitos culturais, especialmente quando se trata de pessoas surdas, cuja inclusão requer, de modo especial, o reconhecimento da Libras como meio legítimo de comunicação e expressão.

2.1.1 Dimensões da acessibilidade: física, comunicacional, linguística e atitudinal

A acessibilidade, para ser efetiva, deve ser compreendida em suas diferentes dimensões, pois não se limita à eliminação de barreiras físicas. Como propõem Sassaki (2003), Morais (2013) e, conforme estabelece a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a inclusão plena ocorre quando os aspectos arquitetônicos, comunicacionais, linguísticos e atitudinais são considerados de forma integrada. No

caso dos espaços culturais, como os museus, é ainda mais importante ter essa visão mais ampla, porque o acesso à cultura não depende só de estar presente no local, mas também de entender o que está sendo mostrado, de interagir com o conteúdo e de se sentir parte daquele ambiente.

A acessibilidade física é a mais visível, por estar relacionada à eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas que impedem ou dificultam o deslocamento, a permanência e a utilização dos ambientes por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Envolve a instalação de rampas, elevadores, sinalização tátil, corrimãos, sanitários adaptados, entre outros recursos que garantam a autonomia e a segurança. Segundo a NBR 9050/2020, tais elementos devem ser previstos desde a concepção arquitetônica dos espaços e não apenas como adaptações posteriores.

Entretanto, a presença de acessibilidade física, por si só, não assegura o acesso pleno à experiência cultural. A acessibilidade comunicacional, nesse sentido, é igualmente indispensável, pois diz respeito à garantia de que todas as pessoas possam acessar e compreender as informações, por meio de diferentes suportes e linguagens. Essa dimensão se torna ainda mais relevante quando se considera o público surdo, para quem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é o principal meio de comunicação e expressão.

A acessibilidade linguística é um desdobramento essencial da acessibilidade comunicacional¹, pois reconhece que o idioma utilizado interfere diretamente no acesso à informação e na inclusão. Para a comunidade surda, a Libras não é uma adaptação, mas sim uma língua legítima, com gramática e estrutura próprias, conforme reconhecido pela Lei nº 10.436/2002 e pelo Decreto nº 5.626/2005. Portanto, garantir acessibilidade linguística a esse grupo significa oferecer informações, mediações e materiais em sua língua natural, respeitando sua identidade cultural e suas formas específicas de construção de sentidos.

Quadros e Karnopp (2004) defendem que o acesso em Libras deve ser parte da política de inclusão e não um recurso pontual, pois é por meio dela que a pessoa surda comprehende o mundo e se expressa socialmente. Para Skliar (1998, 2005), é

¹ A acessibilidade comunicacional é conceituada como o conjunto de recursos, práticas e tecnologias que garantem que todas as pessoas comprehendam e sejam compreendidas por meio de diferentes códigos e canais de comunicação. Isso inclui o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), legendas, audiodescrição, sinalização visual e tátil, materiais em braile, linguagem simples e recursos multimodais que favoreçam a compreensão por pessoas com diferentes deficiências ou necessidades comunicativas (Sassaki, 2003; Morais, 2013; Machado, 2008; Gugel, 2009; ABNT, 2020).

fundamental superar a visão médica da surdez e adotar uma perspectiva sociolinguística, em que o sujeito surdo é reconhecido como pertencente a uma minoria linguística, e não como portador de uma deficiência.

Nos museus, a acessibilidade linguística se concretiza por meio de intérpretes de Libras durante visitas guiadas, legendas em vídeos, vídeos bilíngues, sinalização em Libras, materiais visuais acessíveis e formação de profissionais para o atendimento bilíngue. Como ressaltam Basso e Martins (2012), a ausência desses recursos configura uma exclusão comunicacional que compromete profundamente o direito ao acesso à cultura por parte das pessoas surdas.

Além disso, é preciso considerar que a Libras é uma língua de modalidade visuoespacial, o que requer não apenas tradução, mas adequação dos suportes e formas de apresentação da informação. A mediação cultural, nesse caso, deve respeitar os modos próprios de percepção e de construção de sentido da comunidade surda, como destacam Strobel (2009) e Pivetta, Saito e Ulbritch (2014).

A acessibilidade atitudinal, por sua vez, refere-se ao conjunto de comportamentos, valores, crenças e práticas sociais que favorecem ou dificultam a inclusão de pessoas com deficiência nos diferentes contextos da vida em sociedade. Diferentemente da acessibilidade física ou comunicacional, que pode ser mensurada objetivamente, a acessibilidade atitudinal está no campo das relações humanas e se manifesta nas atitudes cotidianas dos indivíduos e das instituições diante da diferença.

Trata-se, portanto, de uma dimensão subjetiva, porque envolve a modo como a sociedade percebe, comprehende e se relaciona com as pessoas com deficiência, especialmente no que se refere aos seus direitos, potencialidades e formas de participação social. A ausência de acessibilidade atitudinal ocorre, por exemplo, quando há indiferença, invisibilidade, despreparo ou desprezo diante das necessidades específicas de grupos como a comunidade surda.

Sassaki (2003) destaca que a acessibilidade atitudinal é a mais complexa e desafiadora de ser implementada justamente porque não depende apenas de infraestrutura, mas de mudanças culturais e subjetivas, como o enfrentamento do preconceito, do capacitismo (ideia de que pessoas com deficiência são inferiores ou incapazes) e da desinformação. Em muitos casos, a exclusão se dá não por falta de recursos materiais, mas por atitudes que negam ou negligenciam o direito à diferença.

Nos espaços culturais, como museus, bibliotecas, teatros e centros históricos, a acessibilidade atitudinal é fundamental para garantir que todas as pessoas se sintam

acolhidas, respeitadas e pertencentes ao ambiente. Atitudes inclusivas envolvem, por exemplo, não presumir que o visitante surdo esteja acompanhado de intérprete, respeitar sua autonomia, oferecer materiais e mediações em Libras, garantir sinalizações bilíngues, capacitar equipes para o atendimento sensível à diversidade linguística e cultural.

Morais (2013) observa que promover a acessibilidade atitudinal requer uma mudança de paradigma institucional, na qual a inclusão deixa de ser tratada como concessão voluntária e passa a ser compreendida como um dever ético e político, ligado à garantia de cidadania plena. Ou seja, não se trata apenas de abrir as portas dos museus às pessoas com deficiência, mas de transformar as relações sociais, os discursos e as políticas internas, para que esses espaços sejam efetivamente participativos, representativos e democráticos.

Assim, a acessibilidade atitudinal representa uma condição de base para a implementação das demais dimensões da acessibilidade. Sem ela, mesmo estruturas físicas adaptadas e tecnologias comunicacionais inclusivas podem se tornar ineficazes diante de ambientes marcados por despreparo ou resistência à diversidade.

Portanto, a integração das dimensões física, comunicacional, linguística e atitudinal é o que torna um espaço verdadeiramente acessível. A ausência de qualquer uma delas compromete a experiência do visitante e infringe o princípio da igualdade de oportunidades. Analisar a acessibilidade nos museus, especialmente para o público surdo, requer uma abordagem ampla e comprometida com a equidade linguística e cultural.

2.1.2 Acessibilidade em espaços culturais e museus

A acessibilidade em espaços culturais deve ser compreendida como condição essencial para o exercício da cidadania cultural e para a democratização do acesso ao patrimônio histórico de uma sociedade. Museus, centros culturais, bibliotecas e outros equipamentos de cultura não devem ser pensados como lugares neutros ou universais, mas como ambientes que precisam se adaptar às especificidades de públicos diversos, incluindo pessoas com deficiência e, especialmente, pessoas surdas.

Segundo a Unesco (2006), o acesso à cultura é um direito humano fundamental, e sua fruição deve ocorrer em igualdade de condições, com respeito à

diversidade de modos de vida, línguas e experiências. Já o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram, 2014), por meio da sua Política Nacional de Museus, defende que os museus brasileiros devem atuar como instituições democráticas e inclusivas, promovendo o acesso físico, comunicacional e informacional ao acervo, às exposições e às ações educativas.

Como destaca Morais (2013), as instituições culturais frequentemente negligenciam dimensões fundamentais da acessibilidade, como a comunicacional e a atitudinal, comprometendo o direito à participação plena desses públicos.

A acessibilidade em museus, portanto, deve ser pensada de forma ampla, articulando as dimensões física, comunicacional, atitudinal e linguística, conforme discutido por Morais (2013). A autora destaca que a acessibilidade nesses espaços deve ir além da estrutura física e considerar os meios pelos quais as informações, as narrativas e os significados culturais são construídos e compartilhados com os visitantes. Isso inclui a disponibilização de intérpretes de Libras, vídeos bilíngues, legendas em exposições audiovisuais, sinalização acessível e materiais educativos adaptados.

Como pontuado por Diniz (2010), a inclusão em espaços culturais deve envolver também a transformação das práticas pedagógicas. Não se trata apenas de inserir adaptações pontuais, mas de reestruturar o modo como os conteúdos são organizados e mediados, levando em consideração os diferentes modos de percepção, leitura e compreensão do público. Essa transformação requer o envolvimento das equipes de museus, a formação continuada de profissionais e o diálogo com as comunidades atendidas.

Para a comunidade surda, o desafio da acessibilidade é ainda maior, considerando que a comunicação em Libras é frequentemente negligenciada nos bens culturais. Como observa Strobel (2009), a experiência cultural da pessoa surda é mediada pela sua língua, sendo fundamental que os espaços públicos estejam preparados para esse tipo de mediação. A ausência de recursos linguísticos acessíveis contribui para a invisibilização da cultura surda e para a exclusão desse grupo dos espaços de memória e arte.

Nesse sentido, é importante compreender a acessibilidade linguística como parte indissociável da acessibilidade cultural. Garantir que a Libras esteja presente nos espaços de cultura significa, ao mesmo tempo, reconhecer a identidade cultural da comunidade surda e viabilizar seu direito à participação na vida cultural da

sociedade. Como reforçam Quadros e Karnopp (2004), o reconhecimento da Libras como língua oficial da comunidade surda deve estar refletido em todas as esferas públicas, inclusive no campo da cultura.

Por fim, cabe destacar que a acessibilidade nos museus não se resume à adequação técnica, mas implica uma postura institucional comprometida com a diversidade. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), ao prever o direito à cultura e à informação acessível, impõe às instituições culturais a responsabilidade de remover barreiras e adotar estratégias que favoreçam a participação de todos os públicos.

A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso: I - a bens culturais em formato acessível; II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos, [...] (Brasil, 2015).

Isso inclui escutar as demandas dos usuários, estabelecer parcerias com movimentos sociais e desenvolver políticas de acessibilidade permanentes, e não eventuais.

Portanto, refletir sobre a acessibilidade em espaços culturais é repensar o próprio papel social dos museus, concebendo-os como lugares de encontro e de diálogo da sociedade.

2.2 ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA E INCLUSÃO

A acessibilidade linguística é, conforme defendem Quadros e Karnopp (2004), um dos pilares fundamentais da inclusão social e cultural de pessoas surdas. Embora muitas vezes negligenciada nas políticas públicas e nas práticas institucionais, essa dimensão da acessibilidade é decisiva para garantir o direito à comunicação, à informação, à educação e à cultura. Quando se trata de sujeitos cuja língua natural é visual e gestual — como no caso da comunidade surda —, o acesso pleno só ocorre quando a Libras (Língua Brasileira de Sinais) é reconhecida, valorizada e efetivamente utilizada nos espaços sociais.

A inclusão de pessoas surdas, portanto, requer mais do que a presença física ou a eliminação de barreiras arquitetônicas, exige o reconhecimento da Libras como

meio legítimo de comunicação e a implementação de práticas que possibilitem a participação dessa comunidade em igualdade de condições. Essa perspectiva se baseia não apenas em princípios éticos e pedagógicos, mas também em fundamentos legais, como a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005, e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

Neste sentido, a seguir, abordam-se a acessibilidade linguística, com ênfase na Libras como meio de comunicação, e a inclusão cultural da comunidade surda nos espaços sociais e institucionais, especialmente os culturais.

2.2.1 Acessibilidade linguística: Libras como meio de comunicação

A acessibilidade linguística refere-se ao direito que os indivíduos têm de acessar conteúdos e interações sociais em sua língua de origem. No caso da comunidade surda brasileira, esse direito está diretamente ligado à Libras, uma língua de modalidade visuoespacial, com estrutura gramatical própria, que não depende da oralidade ou da escrita para sua expressão e compreensão. A Libras foi reconhecida oficialmente no Brasil pela Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, o que conferiu a ela o status de meio legal de comunicação e expressão.

Apesar desse reconhecimento, a acessibilidade linguística ainda é um desafio em muitos contextos sociais. Skliar (1998) e Strobel (2009) afirmam que a surdez deve ser compreendida não como deficiência, mas como uma diferença linguística e cultural. Nessa perspectiva, o problema da exclusão das pessoas surdas está menos em sua condição e mais na ausência de espaços acessíveis a sua língua. Assim, garantir a presença dessa língua em escolas, instituições públicas, meios de comunicação e espaços culturais é uma condição básica para a promoção da igualdade.

Nos espaços culturais, como museus, centros de memória e instituições de arte, a ausência de materiais acessíveis em Libras, como vídeos bilíngues, sinalização visual ou visitas mediadas por intérpretes, constitui uma violação ao direito à comunicação e à cultura. Quadros e Karnopp (2004) argumentam que a Libras deve ser parte das políticas de acessibilidade em qualquer espaço público, pois sua ausência resulta em exclusão comunicacional e simbólica da comunidade surda.

A acessibilidade linguística, nesse contexto, não pode ser tratada como uma adaptação pontual, a qual se recorre para sanar uma necessidade específica, mas

sim como um direito linguístico. Para que esse direito se efetive, é necessário que as instituições estejam preparadas para atender em Libras e reconheçam o cumprimento da legislação vigente.

2.2.2 Inclusão cultural da comunidade surda

A inclusão da comunidade surda na cultura vai além de simplesmente permitir que essas pessoas participem das atividades culturais. É preciso enxergá-las como parte integrante desses espaços, reconhecendo que pessoas surdas também produzem conhecimento, arte, linguagem e história. Para que isso aconteça de forma verdadeira, é necessário deixar de lado a ideia de que elas só podem estar nesses espaços caso se adaptem à forma como os ouvintes se comunicam e se comportam, visão esta baseada no capacitismo.

Strobel (2009) defende que a comunidade surda tem uma cultura própria, baseada em experiências visuais, em práticas de convivência coletiva e em valores específicos, que devem ser respeitados e valorizados nos espaços institucionais. Isso inclui não apenas tornar a comunicação acessível em Libras, mas garantir que o olhar e a vivência surda estejam representados nas narrativas, nos acervos, nos projetos educativos e nas produções culturais.

Nos museus, por exemplo, a inclusão cultural da comunidade surda implica pensar a mediação não apenas como tradução, mas como construção de sentido compartilhada, que leve em conta os modos próprios de percepção, compreensão e fruição da arte e da história. Morais (2013) ressalta que essa inclusão exige políticas institucionais permanentes e não ações isoladas. Significa, também, abrir espaço para profissionais surdos atuarem nas equipes dos museus, produzirem materiais educativos e participarem da curadoria e gestão dos conteúdos culturais.

Do ponto de vista legal, a Lei Brasileira de Inclusão (2015) assegura à pessoa com deficiência o direito de acesso aos bens culturais “em formatos acessíveis” (Art. 42), o que inclui a adaptação linguística e a participação ativa nos processos culturais. A não efetivação dessas garantias configura exclusão e desrespeito aos direitos humanos.

Assim, promover a inclusão cultural da comunidade surda requer uma mudança de paradigma: da visão de deficiência à valorização da diferença, da oferta de serviços assistenciais à garantia de direitos linguísticos e culturais. É nesse

horizonte que a acessibilidade linguística se articula à inclusão plena, possibilitando à pessoa surda o acesso à história, à memória, ao conhecimento e à arte, não como exceção, mas como parte legítima da diversidade humana.

2.3 CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DO ACRE

Compreender a acessibilidade nos museus da cidade de Rio Branco exige, antes de tudo, conhecer o contexto histórico e cultural do estado do Acre, uma vez que esses espaços guardam, em grande parte, a memória da formação política, econômica e social da região. O Acre tem uma história singular no cenário brasileiro: sua incorporação ao território nacional ocorreu tardiamente, após uma série de conflitos diplomáticos e sociais, especialmente durante o ciclo da borracha.

Nesse sentido, como destaca Gomes (2009, p. 25):

A formação do território acreano está profundamente marcada por disputas internacionais, interesses econômicos ligados à borracha e pela atuação de grupos sociais que construíram suas vidas nas margens dos rios e nos seringais. O processo de incorporação ao Brasil, concluído com o Tratado de Petrópolis, não foi apenas um acordo diplomático, mas o resultado de mobilizações populares que reivindicavam pertencimento político e identidade nacional.

Inicialmente pertencente à Bolívia, o território acreano foi palco de disputas entre seringueiros brasileiros e o governo boliviano no final do século XIX e início do século XX. As chamadas Revoluções Acreanas, marcadas pela resistência popular e por lideranças como Plácido de Castro, culminaram na assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), que transferiu oficialmente o território do Acre para o Brasil. Esse processo moldou uma identidade regional fortemente marcada pela luta, pela conexão com a floresta e pelo protagonismo dos trabalhadores da borracha.

Sobre esse processo, Souza (2012, p. 41) afirma que:

A Revolução Acreana não pode ser entendida apenas como uma disputa territorial entre Estados. Ela foi, sobretudo, uma insurreição popular conduzida por brasileiros que se sentiam abandonados pelas autoridades e ameaçados pela presença boliviana. Liderados por Plácido de Castro, esses homens organizaram um movimento que uniu interesses políticos e econômicos à defesa do modo de vida construído nos seringais. O Tratado de Petrópolis selou a transferência do território ao Brasil, mas a identidade acreana já estava forjada na luta, na resistência e no vínculo profundo com a floresta.

Com a criação do Estado do Acre em 1962, após décadas como território federal, iniciou-se um processo de institucionalização da memória local, refletido na construção de museus e centros de cultura. Esses espaços tornam-se referências na preservação e na difusão da história regional, funcionando como ambientes de educação e pertencimento da população. Dentre eles, destacam-se o Museu da Borracha, o Museu dos Povos Acreanos e o Memorial dos Autonomistas, que são objeto de investigação nesta pesquisa.

Nesse sentido, Fernandes (2015, p. 88) ressalta que:

A criação dos museus acreanos acompanhou a necessidade de afirmar uma identidade regional, especialmente após a transformação do território em estado. Esses espaços não apenas expõem objetos do passado, mas organizam narrativas que ajudam a compreender a trajetória política e social do Acre. O Museu da Borracha, o Museu dos Povos Acreanos e o Memorial dos Autonomistas têm papel estratégico na construção de uma memória coletiva, pois representam os ciclos históricos que moldaram o povo acreano: da economia da borracha às lutas por autonomia e valorização cultural.

Essa função atribuída aos museus reforça sua importância como locais de representação simbólica da história e como ferramentas de educação, o que torna ainda mais urgente discutir sua acessibilidade para todos os públicos.

O Museu da Borracha guarda memórias do ciclo da borracha, um período determinante para a economia e para a ocupação do Acre. Seu acervo reúne objetos, documentos e imagens que ajudam a compreender a dinâmica da extração do látex, a vida dos seringueiros e os impactos sociais e ambientais da atividade. O museu tem forte valor educativo e patrimonial, sendo frequentemente visitado por escolas da rede pública.

Sobre isso, Souza afirma que:

O Museu da Borracha é mais que um espaço expositivo; é um lugar de memória que conecta o passado ao presente por meio de objetos, imagens e documentos que testemunham a importância da economia da borracha na formação histórica do Acre. O visitante é conduzido a um percurso que resgata a vivência dos trabalhadores da floresta, os modos de vida nos seringais e os conflitos sociais e ambientais que marcaram esse período. Sua função educativa é indissociável do seu papel patrimonial, sendo constantemente utilizado por escolas como instrumento pedagógico na construção da identidade regional (Souza, 2013, p. 57).

O Museu dos Povos Acreanos, por sua vez, assume uma proposta mais abrangente e multicultural. Seu foco está na valorização das múltiplas identidades que

compõem o estado, os povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, migrantes nordestinos, bolivianos, entre outros. Trata-se de um museu voltado para a afirmação da diversidade e da interculturalidade, com forte apelo visual e simbólico, o que o torna especialmente relevante para o público surdo, cuja experiência se dá de modo predominantemente visual.

Como afirma Silva (2019, p. 104):

O Museu dos Povos Acreanos propõe-se como um espaço de escuta e visibilidade das múltiplas vozes que constituem a formação social do Acre. Ao reunir objetos, linguagens e narrativas que representam diferentes grupos culturais, o museu rompe com a ideia de uma história única e linear, promovendo uma abordagem intercultural. A exposição é pensada para provocar a experiência sensorial e visual dos visitantes, permitindo que o acervo dialogue com distintas formas de percepção, o que o torna um ambiente inclusivo, especialmente para públicos que se comunicam em outras línguas e modos, como a Libras.

Essa proposta reforça o compromisso do museu com a representatividade e com o direito de acesso à cultura em sua diversidade, o que implica, necessariamente, em pensar sua acessibilidade linguística.

Já o Memorial dos Autonomistas é dedicado à história política do Acre, especialmente à luta pela autonomia e à transformação do território em estado da federação. Seu acervo valoriza figuras e movimentos que contribuíram para a construção da identidade política acreana. O espaço funciona como um elo entre passado e presente, resgatando marcos históricos importantes para o reconhecimento do Acre como parte ativa do Brasil.

Sobre esse papel, Melo (2017, p. 67) afirma:

O Memorial dos Autonomistas foi criado com o propósito de preservar a memória do processo de emancipação política do Acre, destacando a atuação de líderes locais, os embates políticos e o sentimento de pertencimento ao território brasileiro. Trata-se de um espaço de valorização da identidade acreana, que reforça a importância do protagonismo regional na construção da federação. Suas exposições combinam elementos textuais, imagéticos e sonoros, o que amplia sua função educativa e simbólica, especialmente ao promover o diálogo entre gerações e reafirmar os direitos de memória e cidadania.

Esse caráter pedagógico torna o espaço relevante não apenas como ponto turístico ou histórico, mas como um instrumento formativo, que deve ser acessível a todos os públicos, inclusive à comunidade surda, por meio de recursos em Libras que garantam o direito à compreensão e à participação cultural.

Nesse sentido, os três museus têm papel fundamental na preservação da memória, na construção da identidade regional e na formação cultural da população. Como observa Candau (2012), espaços de memória devem considerar as múltiplas vozes e identidades dos sujeitos históricos, oferecendo condições para que todos possam se reconhecer nas narrativas apresentadas. Museus não são apenas locais de conservação de objetos, mas instituições que selecionam, interpretam e comunicam sentidos. Como aponta Chagas (2003):

Os museus são instituições produtoras de representações simbólicas. Selecionam, legitimam e divulgam determinadas memórias, enquanto silenciam outras. Por isso, são espaços onde se exercem disputas de poder simbólico, no qual a escolha do que será lembrado ou esquecido implica sempre decisões políticas, culturais e ideológicas (Chagas, 2003, p. 10).

Sendo assim, os museus assumem papel central na construção de narrativas sobre o passado e no fortalecimento das identidades coletivas. Essa função torna ainda mais relevante a discussão sobre sua acessibilidade, uma vez que a exclusão de determinados públicos do acesso ao patrimônio cultural representa também sua exclusão dos processos de memória e pertencimento social.

Garantir a acessibilidade plena a esses espaços significa mais do que cumprir diretrizes legais; é viabilizar o acesso de todos os cidadãos — inclusive os surdos — à memória coletiva, à produção de conhecimento e à vivência da história local. A ausência de recursos em Libras, como intérpretes, vídeos bilíngues e sinalização acessível, compromete profundamente o direito de acesso à cultura por parte da comunidade surda, uma vez que impede a compreensão do acervo, dificulta a mediação e promove a exclusão desses sujeitos.

Portanto, discutir a acessibilidade linguística nesses museus é também refletir sobre os direitos culturais, sobre a função social dos equipamentos públicos e sobre o papel das políticas de inclusão na efetivação da cidadania plena.

Como argumenta Halbwachs,

A memória coletiva não se conserva apenas nos indivíduos, mas sim nos quadros sociais que fornecem aos grupos os meios de reconstruir o passado. A lembrança não é jamais um fato puramente interior, individual, mas um processo social que se apoia em suportes materiais e simbólicos compartilhados (Halbwachs, 2006, p. 33).

É nesse sentido que museus acessíveis em Libras se tornam também espaços de reconhecimento, pertencimento e empoderamento da comunidade surda acreana, pois garantem que esse grupo tenha acesso não apenas às informações, mas às experiências que constroem a identidade e a participação cultural.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, são apresentadas as estratégias metodológicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, com a finalidade de garantir a coerência entre os objetivos propostos e os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados.

A pesquisa proposta tem um caráter aplicado, pois visa identificar a acessibilidade nos museus de Rio Branco, Acre. O enfoque aplicado busca resolver problemas práticos e responder questões específicas sobre inclusão e acessibilidade, aspectos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Segundo Severino (2017, p. 23), “Pesquisa aplicada, não se pode perder de vista que ela precisa ser relevante é necessária atenção ao campo de seus objetos”. Dessa forma, a investigação pretende não apenas compreender a realidade dos museus, mas também contribuir para a promoção da acessibilidade, favorecendo a participação de todos, especialmente de pessoas surdas.

Além disso, a pesquisa é classificada como descritiva, pois descreve as características da acessibilidade nos museus, identificando as variáveis que influenciam a acessibilidade. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 83), "A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever um fenômeno, suas características e a relação entre suas variáveis". Nesse sentido, a pesquisa permitirá analisar as características detalhadas das condições de acesso e das práticas de inclusão nos museus, proporcionando uma base para intervenções futuras.

A pesquisa também possui uma abordagem mista, sendo quantitativa e qualitativa. A parte quantitativa envolve a coleta de dados a partir do levantamento numérico de visitações de surdos nos museus, permitindo uma análise numérica sobre a acessibilidade. Sobre pesquisa quantitativa, Lakatos e Marconi (2017) explicam que ela “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. O objetivo é garantir precisão nos resultados e permitir uma análise mais objetiva dos dados”.

Por outro lado, a abordagem qualitativa foi utilizada para as observações durante as visitas aos museus, onde foi possível captar características do contexto que não podem ser quantificados.

A coleta de dados foi realizada por meio de visitações aos três museus de Rio Branco: Museu dos Povos Acreanos, Museu da Borracha e Memorial dos

Autonomistas. Durante essas visitas, foram registradas fotos e anotações do que foi observado, enriquecendo a análise dos dados coletados. As visitas ocorreram em momentos distintos, respeitando o horário de funcionamento dos museus e buscando captar aspectos relacionados à acessibilidade linguística para pessoas surdas.

Para sistematizar a observação, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada, construído a partir dos objetivos específicos da pesquisa, orientado por categorias previamente definidas com base na legislação vigente (Lei Brasileira de Inclusão, Decreto nº 5.626/2005, e Lei nº 10.436/2002) e na literatura sobre acessibilidade em espaços culturais. Sobre a natureza desse instrumento, Triviños (1987) explica que:

O roteiro de entrevista semiestruturada serve como um guia que permite ao pesquisador a liberdade de explorar, no decorrer do processo de investigação, aspectos considerados relevantes pelo entrevistado ou pelo próprio pesquisador, sem, contudo, perder de vista os objetivos centrais da pesquisa. Ele se caracteriza por uma estrutura flexível, que possibilita tanto a padronização parcial quanto a abertura para interpretações mais amplas (Triviños, 1987, p. 146).

Esse tipo de roteiro também orientou a observação direta dos espaços físicos e comunicacionais, possibilitando uma análise mais aprofundada e sensível às singularidades dos museus visitados.

Assim, foram formuladas as seguintes questões para o questionário:

1. Existem registros dos visitantes no museu? Se sim, quantos visitantes frequentaram o museu em 2024? Há como identificar os visitantes com algum tipo de necessidade?
2. No museu existem estratégias para o atendimento às pessoas com necessidades específicas?
3. Quais as condições de acessibilidade para visitantes surdos? São oferecidos recursos de tradução em Libras, como intérpretes, vídeos traduzidos, guias ou atendentes que saibam Libras?
4. Os visitantes surdos podem solicitar serviços de tradução em Libras durante a visita?
5. Existe sinalização das dependências do local em Libras (identificação de banheiros, salas específicas)?

Além do questionário, foram realizadas análises documentais, quando disponíveis, como folhetos institucionais, cartazes informativos e materiais de

mediação cultural. A pesquisa adota, portanto, uma abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender, a partir da experiência da pesquisadora e das evidências coletadas, como os museus da capital acreana lidam com a acessibilidade em Libras.

Por fim, os dados foram organizados e analisados na perspectiva dos princípios da acessibilidade linguística e inclusiva dos espaços observados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada nos três museus históricos de Rio Branco (AC): Museu da Borracha, Museu dos Povos Acreanos e Memorial dos Autonomistas. A partir das visitas presenciais, entrevistas com funcionários e observações diretas registradas em anotações e fotos, foi possível analisar a presença (ou ausência) de recursos de acessibilidade linguística voltados à comunidade surda. A análise aqui proposta se estrutura por museu, seguida de uma síntese comparativa quantitativa com representação gráfica.

4.1 MUSEU DA BORRACHA

O Museu da Borracha Governador Geraldo Mesquita, localizado em Rio Branco (AC), é um importante espaço cultural dedicado à preservação da memória do ciclo da borracha na Amazônia, com ênfase na história social e econômica do Acre.

A Agência de Notícias do Acre destaca que o museu, fundado no final da década de 1970, reúne um vasto acervo que narra detalhadamente a história do povo acreano, com ênfase na Revolução Acreana e nos ciclos da borracha no estado. Além disso, o Portal Amazônia ressalta que as exposições do museu relatam, de forma cronológica, a chegada dos primeiros nordestinos ao Acre e a trajetória da extração e produção do látex.

Figura 1 – Fachada do Museu da Borracha



Fonte: Fundação de Cultura Elias Mansur

De acordo com a Agência de Notícias do Acre (2021), o museu também oferece uma biblioteca especializada em história regional e uma hemeroteca com mais de 30 mil exemplares de jornais antigos, contribuindo para pesquisas sobre a formação sociocultural do estado. Além disso, conforme destaca a Fundação de Cultura Elias Mansour (FEM), o espaço realiza visitas guiadas, ações educativas e eventos culturais, voltados tanto para o público geral quanto para instituições de ensino.

Segundo o Portal Amazônia (2023), o Museu da Borracha é considerado o mais antigo espaço de memória institucionalizado do Acre e desempenha um papel essencial na valorização da identidade amazônica, promovendo o acesso ao patrimônio cultural da região. Em 2018, de acordo com a mesma fonte, o governo do Estado investiu cerca de R\$ 1,3 milhão na recuperação de todo a infraestrutura do Museu, incluindo a restauração de detalhes originais, como azulejos e escadarias, além da maioria das características originais preservadas.

Figura 2 – Interior do Museu da Borracha



Fonte: Acervo da pesquisadora

Após a contextualização dos espaços, descrevemos a seguir a entrevista realizada no Museu da Borracha.

A entrevista foi respondida pela funcionária responsável, cuja identificação foi omitida para preservação de sua identidade e em conformidade com os princípios éticos da pesquisa, assim como os demais relatos.

Segundo a entrevistada, no que se refere à pergunta 1, o museu recebeu cerca de 3.000 visitantes em 2024, sendo possível identificar apenas cadeirantes

entre os visitantes com necessidades específicas. Isso evidencia a ausência de um sistema eficiente de identificação de diversidade do público atendido.

Quanto às estratégias de acessibilidade física (pergunta 2), foi mencionado o uso de uma plataforma de elevação para pessoas com mobilidade reduzida.

Em relação à acessibilidade para pessoas surdas (pergunta 3, 4 e 5), observou-se um cenário de exclusão, pois não há intérprete de Libras, vídeos traduzidos, materiais acessíveis ou guias com conhecimento da língua, nem mesmo se houver solicitação prévia. A ausência de sinalização em Libras nas dependências do museu também não foi identificada.

Esse cenário reforça o que Quadros e Karnopp (2004) destacam como barreira linguística: quando a comunicação não é garantida na língua da comunidade surda, não há inclusão real, apenas presença física. O museu, enquanto espaço de memória, não se apresenta como ambiente acessível a todos, de acordo com o que foi constatado nesta pesquisa.

4.2 MEMORIAL DOS AUTONOMISTAS

De acordo com a Fundação de Cultura Elias Mansour (FEM), inaugurado em 2002, o Memorial dos Autonomistas Senador José Guiomard Santos, um prédio histórico localizado no centro da cidade de Rio Branco, é um complexo que oferece história, arte e cultura abrigando shows, projetos e outras manifestações artísticas em três espaços interligados: uma galeria de arte, onde há uma exposição permanente sobre o Movimento Autonomista do Acre, bem como mostras e exposições mensais abertas ao público. No site da FEM é enfatizado que, do salão, é possível ter acesso ao mausoléu em que estão os restos mortais de Guiomard Santos e sua esposa Lydia Hammes. O complexo cultural integra ainda o Theatro Hélio Melo, um teatro com 150 lugares cujo nome homenageia um dos artistas de maior expressão da arte local; e um ambiente gastronômico, o Café do Theatro. espaço de convivência voltado ao público visitante.

A visitação ao memorial é gratuita e ocorre de terça a sexta-feira, das 8h às 18h, e aos finais de semana, das 16h às 21h (FEM, 2024), constituindo-se como um espaço relevante de valorização da história política e cultural do Acre.

Figura 3 – Fachada do Memorial dos Autonomistas



Fonte: Fundação Elias Mansur

No Memorial dos Autonomistas, conforme relato da servidora, houve o registro de 2.510 visitantes em 2024. Apesar de haver controle de entrada, não há mecanismos que identifiquem visitantes com deficiência. Em termos de acessibilidade física, o espaço apresenta piso tátil e acesso para cadeirantes, o que representa um avanço em relação à acessibilidade arquitetônica.

Contudo, a acessibilidade linguística ainda não está plenamente incorporada às práticas do museu. Não há intérpretes de Libras, vídeos traduzidos ou materiais adaptados disponíveis para o público surdo. A única alternativa mencionada foi a possibilidade de solicitar atendimento com intérprete com antecedência, por meio de articulações com entidades parceiras. Apesar de ser um esforço, essa medida é pontual e não configura um recurso fixo. Assim como nos demais museus, não há sinalização em Libras nas dependências. Nessa perspectiva, trazemos a fala de Morais (2013, p. 128), quando argumenta que “a acessibilidade não pode ser entendida como um favor ou uma adaptação pontual, mas como um compromisso institucional permanente com os princípios da cidadania”.

Portanto, embora existam iniciativas pontuais, ainda são necessárias ações sistemáticas e políticas contínuas de inclusão para garantir uma experiência cultural plena aos visitantes surdos.

4.3 MUSEU DOS POVOS ACREANOS

O Museu dos Povos Acreanos, localizado no centro de Rio Branco (AC), é um dos mais recentes e representativos espaços dedicados à valorização da história, cultura e identidade do povo acreano. Inaugurado em agosto de 2023, o museu está instalado em um edifício histórico da década de 1960 que já abrigou o antigo Colégio dos Padres e o Colégio Meta, conforme destaca a Agência de Notícias do Acre (2023).

Figura 4 – Fachada do Museu dos Povos Acreanos



Fonte: Agência de Notícias do Acre

O acervo do museu é distribuído em diversas salas temáticas, entre elas a Sala Chico Mendes, a Sala Floresta Acreana, a Sala das Personalidades e a Sala Interativa. Essas exposições oferecem uma experiência sensorial e educativa sobre aspectos sociais, ambientais e culturais da região. Segundo a mesma fonte, os materiais apresentados abrangem áreas como arqueologia, paleontologia, etnografia, linguística e arte, compondo um panorama rico e diverso da memória acreana.

A infraestrutura do espaço é moderna e acessível, com ambientes climatizados, iluminação cênica, auditório, átrio interno, espaço de café e uma praça voltada para eventos culturais. Desde sua inauguração, o museu tem atraído cerca de três mil visitantes por mês, consolidando-se como importante ponto turístico e centro de formação cultural. De acordo com a Fundação de Cultura Elias Mansour, responsável pela gestão do espaço, o museu opera de quarta a domingo, das 9h às 18h, com entrada gratuita.

Para a coordenadora Aurinete Franco, o museu cumpre uma função essencial de educação e preservação patrimonial, ao promover o reconhecimento da diversidade e da história do povo acreano, como parte de um projeto museológico mais amplo desenvolvido pela FEM (Agência de Notícias do Acre, 2023).

Figura 5 – História contada em fotos



Fonte: Acervo da pesquisadora

Segundo o Portal da Amazônia (2023), no Museu da Borracha as exposições relatam, de forma cronológica, a chegada dos primeiros nordestinos ao Acre, a trajetória da extração e produção do látex e como se deu a expansão para o exterior. O espaço também conta com um ambiente que reproduz a tradicional casa de seringueiro, com acervo de utensílios de cozinha, roupas e sapatos dos seringueiros e objetos usados para fazer a extração do látex.

Figura 6 – Parte externa: representação da Casa dos Seringueiros



Fonte: Acervo da pesquisadora

A análise da entrevista realizada no Museu dos Povos Acreanos evidencia avanços pontuais em acessibilidade física, mas revela uma significativa lacuna no que diz respeito à acessibilidade comunicacional para pessoas surdas.

No que se refere ao registro de visitantes, a funcionária entrevistada afirmou que existe controle de entrada, mas sem a possibilidade de identificar o perfil dos visitantes, como aqueles com deficiência auditiva (questão 1). A ausência desse dado impede a elaboração de políticas baseadas em evidências e limita o planejamento de estratégias específicas para públicos diversos.

Quanto às condições de acessibilidade, o museu dispõe de rampas de acesso e banheiros adaptados para pessoas com deficiência física, além de piso tátil voltado para pessoas cegas ou com baixa visão (questão 2). No entanto, conforme relatado, não há nenhuma estrutura ou estratégia voltada ao atendimento de pessoas surdas, o que evidencia a exclusão desse grupo no plano de acessibilidade do espaço.

Não são oferecidos recursos de tradução em Libras, como intérpretes, vídeos com interpretação ou guias bilíngues. Nenhum dos atendentes ou mediadores possui formação em Libras (questão 3). Como consequência, visitantes surdos dependem de intérpretes externos, geralmente fornecidos pelas instituições de ensino das quais fazem parte, quando isso ocorre (questão 4). Assim, o acesso ao conteúdo expositivo fica condicionado a apoios externos e à presença de acompanhantes capacitados, o que viola o princípio da autonomia previsto nas diretrizes de acessibilidade cultural.

Além disso, não há sinalização bilíngue em Libras e português em nenhuma das dependências do museu, como banheiros, salas temáticas ou demais espaços expositivos (questão 5). Essa ausência reforça a ideia de que a acessibilidade comunicacional ainda não está incorporada como um direito garantido dentro da política museológica da instituição.

Como ressalta Ferreira-Brito (1995), “a língua de sinais é o principal instrumento de acesso à informação para as pessoas surdas, e o reconhecimento desse direito linguístico deve fundamentar todas as práticas institucionais voltadas à inclusão”. Nesse sentido, a falta de materiais em Libras compromete o direito ao acesso equitativo à cultura e à memória, sobretudo em espaços cujo propósito é a valorização da diversidade.

Apesar da estrutura moderna do prédio e do papel simbólico que o museu desempenha na valorização da identidade regional, os dados revelam uma

dissonância entre a proposta educativa do espaço e sua efetiva inclusão de públicos surdos. Isso evidencia a necessidade urgente de implementação de ações que contemplam a Libras como língua de acesso, conforme previsto na Lei nº 10.436/2002 e no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta o uso da Libras nos serviços públicos.

4.4 ANÁLISE COMPARATIVA

A análise comparativa aqui exposta contribui para evidenciar as tendências e omissões estruturais nos museus visitados, especialmente no que se refere à presença de recursos acessíveis e ao registro de visitantes com deficiência.

Quadro 1 – Dados dos visitantes em 2024

Instituição	Número de visitantes	Registros de visitantes com deficiência
Museu da Borracha	~3.000	Apenas cadeirantes identificados
Memorial dos Autonomistas	2.510	Não há identificação específica
Museu dos Povos Acreanos	Não informado	Registro geral, sem distinção

Fonte: Dados da pesquisa

Apesar do fluxo expressivo de visitantes, nenhum dos museus dispõe de um sistema de monitoramento detalhado que permita identificar pessoas com deficiência auditiva, o que compromete qualquer esforço de planejamento voltado a esse público.

Com base nos dados coletados por meio dos questionários e observações diretas, foi possível organizar a seguinte síntese dos recursos voltados à acessibilidade em Libras nos três museus:

Quadro 2 – Acessibilidade para Surdos

Critérios	Museu da Borracha	Memorial dos Autonomistas	Museu dos Povos Acreanos
Intérprete de Libras	Não	Não (apenas sob solicitação)	Não
Vídeos em Libras	Não	Não	Não
Guias ou atendentes proficientes em Libras	Não	Não	Não
Materiais adaptados em Libras	Não	Não	Não
Sinalização em Libras nos espaços	Não	Não	Não
Atendimento especializado para surdos	Não	Parcial (mediante agendamento)	Não

Fonte: Dados da pesquisa

A ausência total de recursos de acessibilidade linguística para surdos revela um padrão de exclusão recorrente nos três museus analisados. Mesmo com variações em termos de infraestrutura física (como rampas e piso tátil), nenhum dos espaços contempla a Libras como meio de mediação cultural e comunicação com o público surdo, contrariando o que estabelece o Decreto nº 5.626/2005 quanto ao uso e à promoção da Língua Brasileira de Sinais em instituições públicas.

Esses dados também apontam para a invisibilidade institucional da comunidade surda nos registros administrativos dos museus, o que dificulta o reconhecimento de suas demandas específicas. Como destaca Gesser (2009), a surdez não deve ser compreendida apenas como uma condição clínica, mas como uma diferença linguística e cultural que exige políticas específicas de acesso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar os recursos de acessibilidade em Libras disponíveis em três museus históricos da cidade de Rio Branco – o Museu da Borracha, o Museu dos Povos Acreanos e o Memorial dos Autonomistas – no que diz respeito ao acesso à informação por parte de visitantes surdos. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (1) verificar os registros de visitação de pessoas surdas nos museus selecionados; (2) analisar as práticas de atendimento direcionadas a esse público; e (3) descrever os recursos de acessibilidade em Libras presentes nos espaços analisados.

Com base nos dados coletados por meio de visitas nos locais, registros fotográficos e entrevistas com os responsáveis pelos museus, observou-se que, embora existam avanços em relação à acessibilidade física, como rampas, banheiros adaptados e piso tátil, a acessibilidade linguística em Libras ainda se apresenta como um desafio a ser superado.

Nenhum dos museus analisados possui, de forma sistemática, intérpretes de Libras, vídeos com tradução, sinalização bilíngue ou materiais educativos acessíveis à comunidade surda. O atendimento a visitantes surdos, quando ocorre, parece depender da mediação de instituições externas ou de iniciativas pontuais, como foi apontado no caso do Memorial dos Autonomistas.

Esses achados sugerem a necessidade de ampliar o olhar sobre a acessibilidade nos espaços culturais, indo além das adaptações físicas para contemplar também as dimensões comunicacionais e linguísticas. De acordo com Quadros e Karnopp (2004), a inclusão de pessoas surdas não deve se restringir à presença física nos espaços, mas considerar o direito à comunicação e à informação em sua língua natural. A ausência de recursos em Libras pode limitar o acesso aos conteúdos museológicos e comprometer a vivência cultural, a autonomia e o sentimento de pertencimento desse público.

Strobel (2009) destaca que a língua de sinais é um elemento constitutivo da identidade surda e da construção do conhecimento em uma perspectiva visual e culturalmente situada. Portanto, assegurar a acessibilidade linguística nos museus significa reconhecer a diversidade linguística da sociedade brasileira e contribuir para o exercício da cidadania plena. Nessa direção, Halbwachs (2006) afirma que a memória coletiva depende de suportes culturais acessíveis e compartilhados – o que

pressupõe que os espaços de memória, como os museus, estejam preparados para acolher diferentes formas de expressão.

Considerando esse cenário, entende-se que ainda há um importante percurso a ser trilhado para que os museus de Rio Branco possam se constituir em ambientes mais acessíveis. A criação de materiais visuais bilíngues, a formação continuada das equipes de atendimento, a contratação de intérpretes e a sinalização dos espaços em Libras são algumas das medidas que poderiam ser gradualmente incorporadas às práticas institucionais. Essas ações não apenas atendem às exigências legais, como também demonstram um compromisso com a inclusão e a valorização da diversidade.

Entretanto, é importante reconhecer algumas limitações desta pesquisa. O número reduzido de museus analisados e o fato de as informações terem sido obtidas por meio de entrevistas com representantes institucionais, sem a participação direta de visitantes surdos, limitam o alcance das conclusões. Além disso, as condições estruturais e administrativas de cada museu variam consideravelmente, o que também pode influenciar na oferta (ou ausência) de recursos de acessibilidade. Futuras investigações que incluam a perspectiva da comunidade surda e ampliem o número de instituições analisadas poderão aprofundar e complementar os resultados aqui apresentados.

Espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento de práticas inclusivas e para a valorização da cultura surda no âmbito dos equipamentos culturais do Acre, incentivando futuras pesquisas e ações que promovam o acesso universal aos bens culturais e à memória histórica da região.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 13.146/2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 13 out. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- CALIXTO, V. O. **Plácido de Castro e a construção da ordem no Aquiri**: contribuição à história das ideias políticas. Rio Branco: FEM, 2003.
- CHAGAS, M. S. Museu, memória e poder: reflexões sobre a museologia e o campo simbólico. **Revista Musas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 8–17, 2003.
- CHALHUB, T. Acessibilidade a museus brasileiros: reflexões sobre a inclusão de surdos. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2014.
- FERNANDES, A. C. S. **Museus e identidade regional no Acre**: memórias e representações sociais. Rio Branco: EDUFAC, 2015.
- FERREIRA-BRITO, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- GESSER, A. **Libras?** Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GOMES, E. **Acre**: memórias da fronteira e identidade regional. Rio Branco: EDUFAC, 2009.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MANZINI, E. J. Inclusão e acessibilidade. **Revista da Sobama**, v. 10, n. 1, supl., dez. 2005, p. 31–36.
- MELO, C. R. **Memorial dos Autonomistas e a construção da identidade política acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2017.
- MORAIS, J. A. A inclusão cultural e os desafios da acessibilidade em museus. In:

DORIGO, M. E. (org.). **Museus e acessibilidade cultural**. São Paulo: FAPESP, 2013. p. 117–132.

MUSEU DO AMANHÃ. Museu em Libras. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/museu-em-libras-entre-ligas>. Acesso em: 19 abr. 2025.

PEREIRA, A. B.; OLIVEIRA, J. A. Políticas públicas educacionais e acessibilidade linguística: avanços e limites na educação do surdo. **Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, João Pessoa, n. 58, 2021.

PIVETTA, E. M.; SAITO, D. S.; ULBRICHT, V. R. Surdos e acessibilidade: análise de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 1, p. 147–162, jan.-mar. 2014.

QUADROS, R. M. de; KARNOOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, J. M. dos S. **Museu dos Povos Acreanos**: memória, identidade e diversidade cultural. Rio Branco: EDUFAC, 2019.

SKLIAR, C. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, A. C. S. de. **Museus e memória no Acre**: o caso do Museu da Borracha. Rio Branco: EDUFAC, 2013.

SOUZA, R. A. de. **Acre**: território, memória e identidade. Rio Branco: EDUFAC, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.